

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 979.339 - RS (2016/0236245-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADOS : IGOR HAMILTON MENDES - RS061815
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
CAROLINA TEIXEIRA CAPRA E OUTRO(S) - RS069737
AGRAVADO : MIGUEL MACHADO RIBEIRO
AGRAVADO : JUAREZ SOARES NOGUEIRA
AGRAVADO : TERESA MARIA ZAWALSKI
AGRAVADO : VALTER REGINALDO OLIVEIRA ULGUIM
AGRAVADO : SIDINEI LUCAS DOS ANJOS
ADVOGADO : VALTER REGINALDO OLIVEIRA ULGUIM (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - RS064016

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF, 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 1.070/1.074).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 997):

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. RETIFICAÇÃO DE VALOR DA CAUSA.

Hipótese em que o valor da causa deve manter correlação com o proveito econômico em caso de procedência da presente ação, o que também refletirá sobre o depósito do art. 488, II, do CPC.

Estado o feito principal em sede de cumprimento de sentença, o que é pretendido com a ação rescisória, no presente feito, tem nítido caráter econômico e com definição precisa em concreto, descabendo à parte que se furte ao estabelecido nos arts. 258 e 259 do CPC.

RECURSO DESPROVIDO. MAIORIA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 1.018/1.022 e 1.036/1.039).

No recurso especial (e-STJ fls. 1.045/1.056), fundamentado no art. 105, III, "c", da CF, a agravante apontou ofensa ao art. 485, V e IX, do CPC/1973, insurgindo-se contra o valor da causa atribuído à ação rescisória. Defende que na demanda rescisória o valor da causa deve corresponder ao valor dado à ação rescindenda.

No agravo (e-STJ fls. 1.077/1.084), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 1.087).

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

In casu, com base em violação do art. 485, V e IX, do CPC/1973, a recorrente busca discutir o valor da causa atribuído à ação rescisória. No entanto, o dispositivo arrolado não trata do referido assunto.

Desse modo, inexistindo correlação entre a tese e o artigo de lei apontado, a insurgência recursal mostra-se deficiente e atrai, por analogia, a aplicação da Súmula n. 284/STF. A esse respeito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. MULTA DIÁRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA EXTINTIVA SUPERVENIENTE. PERDA DE OBJETO. ART. 996 DO CPC. IMPERTINÊNCIA TEMÁTICA. SÚMULA N. 284/STF. NÃO PROVIMENTO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pela perda do objeto do agravo de instrumento interposto contra decisão que aprecia pedido liminar na superveniência de sentença.

2. O artigo 996 do Código de Processo Civil não tem pertinência temática com a perda de objeto do recurso, porquanto trata dos legitimados para a sua interposição. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.699.363/PA, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 4/6/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITOS DO CONSUMIDOR. CONTRATOS. PLANO DE SAÚDE. APONTADA OFENSA AO ART. 135-A DO CP. AUSÊNCIA DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA COM AS QUESTÕES DEBATIDAS NOS AUTOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE ESTADO DE PERIGO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PROVIMENTO NEGADO.

1. O conteúdo do art. 135-A do Código Penal não guarda pertinência temática com as questões debatidas no processo, demonstrando a deficiência, no ponto, da fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 298.187/MG, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 10/3/2015, DJe 8/4/2015.)

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator